

EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO VIII - Nº 132 - 2ª QUINZENA DE MAIO DE 1997 - R\$ 1,00

Esta é a situação imposta pelo governo FHC:

**Privatização da Vale do Rio Doce.
Avanço da reforma administrativa.
Congelamento salarial e desemprego.
Repressão sobre os sem-terra.
Destruição do ensino e da saúde.
Novos ataques à aposentadoria.
Corrupção de todos os lados do governo.**

É preciso responder com luta!

**Defender as estatais, exigindo o fim das privatizações e a reestatização das já privatizadas sob controle operário!
Combater a reforma administrativa que pretende demitir em massa o funcionalismo!
Apoiar as ocupações de terra e trabalhar pela aliança operário-camponesa!
Travar a luta pelo salário e emprego!
Lutar contra a destruição do ensino, saúde e previdência!
Defender os tribunais populares para julgar e punir a burguesia corrupta e assassina!**

Por uma plenária nacional de base para combater FHC e seu plano!

A Quinzena de Luta do Movimento Operário

Os capitalistas não estão contratando operários, ao contrário demitem o quanto podem.

As assembléias burocratizadas se transformam em palanques de informações prontas, negociadas com os patrões. As reivindicações são reduzidas a cada nova assembléia. Os protestos e manifestações isoladas contra cada patrão individual tem produzido pequenas vitórias.

As colaborações da burocracia sindical com o ministro do trabalho em torno de leis sobre jornada de trabalho, por exemplo, não passa de uma manobra para bloquear a luta direta, as manifestações de rua e ocupação de fábricas contra o desemprego.

A participação da base operária nas assembléias e a exigência de assembléias, com as reivindicações reais dos companheiros, em confronto com as propostas possíveis de se alcançar levadas pelas direções, é a maneira de mobilizar a classe e organizar a luta unitária contra os ataques do governo antipopular de FHC.

* Motoristas paralisam para reivindicar: 13% de reposição e 7% de produtividade, vale-refeição de R\$ 6,00 para R\$ 8,00, redução da jornada de 40 para 36 horas, convênio médico integral. Patrões rejeitam aumento no vale-refeição, querem aumento da jornada para 42 horas semanais e dizem que só pagam 20% do convênio médico. A direção do sindicato dos condutores evita falar em greve, mas sim "paralisação de advertência". Nova assembléia marcada para com indicativo de greve para dia 21. No acordo com patrões, permanece a jornada de 40 horas, adiou-se a reivindicação do aumento real de 7%. Ameaçam o sindicato com multa de R\$ 70 mil por dia de greve. Enquanto isso a secretaria de transportes reduz as linhas de ônibus, dei-

xando milhares de passageiros sem ônibus ou obrigados a tomar mais de uma condução, faz projetos para viabilizar no 2º semestre as catracas eletrônicas.

* Motoristas rejeitam proposta de 5% de reajuste e paralisam atividades durante duas horas no Terminal Santo Amaro.

* Rodoviários da Viação Cometa atrasam em 2 horas para pressionar patrões a negociar pauta de reivindicações:

* Operários da Brosol fazem manifestação para exigir a readmissão de companheiros.

* Petroleiros da Replan, em Paulínia, fazem manifestação pela anistia da multa de R\$ 21 milhões, imposta pela justiça aos sindicatos por causa da greve de 32 dias em 1995. O ato paralisou a rodovia Campinas-Paulínia e contou com a solidariedade de outras categorias.

* Metroviários em estado de greve usam tarja vermelha e trabalham sem o uniforme. Reivindicam 9,67% de reposição e 15% de produtividade.

* Coureiros da NT Acessórios em greve contra calote nos salários desde janeiro.

* Peões da Remo em greve contra atraso do vale.

* Operários da Metal Leve, em Santo Amaro, fazem protesto contra a qualidade da comida e condições de higiene.

* Gráficos da Printheus Fotolito e Editora acampam na empresa para impedir que patrões continuem retirando o maquinário. Patrões registram queixa de furto, mas trabalhadores dizem que patrão levou as máquinas no feriado.

* Têxteis da Sommer Multipiso retornam ao trabalho, em caráter provisório, após 7 dias em greve, aguardando PLR.

* Operários da Vigorelli, após 13 dias de greve, conquistam R\$ 500,00 de PLR.

* Trabalhadores desempregados fazem passeata da praça Floriano Peixoto à Praça Santo Amaro, em protesto contra as agências de emprego. As agências exigem carta de referência, 2º grau completo e quem está há mais de um ano desempregado não pode preencher ficha.

* Banespa: os 8 funcionários que ocupavam o 5º andar o edifício do Banespa no centro de S. Paulo, decidem sair para não desobedecer mandado de reintegração de posse. Aceitam corte de benefícios para evitar 5.200 demissões, abrem mão da licença prêmio temporariamente, que é concedida de 5 em 5 anos e equivale a 2 meses de salário (1 em dinheiro e outro em férias). Já foram fechadas 27 agências desde 25 de abril. A meta do governo é cortar R\$ 20 milhões nas despesas.

* Funcionários estaduais de Alagoas, com os salários atrasados há 3 meses, se manifestam e são reprimidos com bombas de efeito moral pelo Batalhão de choque. Vários manifestantes ficam feridos e um com possibilidade de perder a mão.

* Motoristas de Piracicaba em greve

reivindicando 40% de reposição salarial.

* Metalúrgicos da Cofap, em Santo André, atrasam entrada dos turnos da manhã e tarde contra ameaça de 600 demissões.

* Operários da Galtec-Galvanotécnica, de Osasco, protestam contra o sorteio para receber o pagamento do salário.

As manifestações de Primeiro de Maio em todo o mundo

Santos - carreta pelas ruas e ato na Cosipa, onde estivadores estão acampados desde início de abril. Reúne 200 trabalhadores.

Campinas - 600 trabalhadores interrompem o desfile de abertura dos Jogos Operários do Sesi (farsa de comemorar o dia do trabalhador com festa) e fazem protesto contra o desemprego e a falta de moradia.

Paraná - Professores e estudantes bloqueiam a ponte da Amizade, em Foz de Iguaçu, fronteira do Brasil com Paraguai (BR-277) em protesto contra política educacional, contra a privatização da Cia. Vale do Rio Doce e pela reforma agrária.

Volta Redonda - Ministro do trabalho participa do protesto do dia do trabalho no Sindicato dos Metalúrgicos do Sul Fluminense, Luis de Oliveira Rodrigues.

Coréia do Sul-Seul - Estudantes e trabalhadores pedem renúncia do presidente Kim Young-Sam e são reprimidos pela polícia com bombas de gás lacrimogêneo. Manifestantes se defendem e atacam com coquetéis molotov

Índia - homem protesta por estar com salário atrasado por seis meses. Ateou fogo em si e foi internado com 90% do corpo queimado

Rússia - Manifestantes comunistas pedem renúncia do presidente Boris Yeltsin e denunciam os perigos da reforma econômica. O governo denomina o Dia Internacional do Trabalhador de Festa da Primavera

Alemanha - Protestos contra a violência da extrema direita e o desemprego que atinge 4,5 milhões de trabalhadores (12%). Mais de 400 manifestantes foram presos.

Espanha - Manifestantes fazem comício sobre a nova lei trabalhista e levantam a bandeira de "Emprego estável", contra o desemprego que atinge 22% da população economicamente ativa.

Itália - Em Turim, sede da Fiat, metalúrgicos fazem ato contra ameaça de demissões.

França - Sindicatos fazem manifestação conjunta.

Inglaterra - manifestações dividiram espaço com as eleições gerais.

Bruxelas - Continuam protestos contra o fechamento da Renault em Vilvorde.



FHC vende a Vale. É necessário a luta nacional de massa para combater o governo e seu plano antinacional e antipopular

O governo venceu a "batalha" da venda da Companhia Vale do Rio Doce. Depois de suspender o efeito de dezenas de liminares judiciais, em poucos minutos, realizou o leilão na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. O BNDES passou por cima de todas as manifestações públicas e do poder judiciário para fazer a maior e mais importante privatização. A imprensa internacional apontou o fato como uma verdadeira demonstração do governo FHC de que vai prosseguir aplicando as reformas neoliberais, ditadas pelo imperialismo.

O fracasso do movimento de oposição à venda da Vale se deve fundamentalmente à sua direção política. Foi um movimento dirigido por setores da burguesia nacional, com o apoio do reformismo (PT) e seus aliados (PCdoB, PSB). Por isso, esteve sempre voltado para a pressão institucional e ação judiciária, meios próprios de disputa da burguesia. Assim, se baseou nos processos na justiça e em atos públicos limitados. A classe operária esteve à margem da luta contra a privatização. Não se fez uma campanha para que os trabalhadores assumissem com a luta direta (greves, ocupações, bloqueios de rua etc.) a defesa da estatal. Sem tocar na produção, deixou-se o caminho aberto para o governo se utilizar da corrupção e toda sorte de manobras para impor a venda.

O governo "democrático" expõe a face de ditadura da burguesia

As direções sindicais reformistas se empenharam para a realização de atos públicos na porta da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. As manifestações foram duramente reprimidas pela polícia, através da tropa de choque. O governo FHC mostrou mais uma vez que não está disposto sequer a admitir a manifestação limitada de atos públicos de oposição.

A privatização da Vale seguiu o caminho das outras, e seguiu-se sob a reedição da medida provisória que regulamenta as privatizações. Tal medida nunca foi examinada pelo parlamento, o que mostra a farsa da democracia burguesa no país. Para impor as privatizações, o governo não as submete à disputa interburguesa parlamentar, aciona o velho mecanismo autoritário criado pela ditadura militar, os decretos-lei, que depois da Constituição de 1988 passaram a se chamar medidas provisórias.



Repressão às manifestações de oposição à venda da Vale no Rio de Janeiro.

O autoritarismo repressivo de FHC mostra que as democracias burguesas são a máscara da ditadura de classe da burguesia sobre as massas.

O judiciário expõe sua podridão e impotência

As dezenas de liminares concedidas contra a privatização da Vale mostraram várias coisas. Primeiro, que a privatização da Vale ti-

nha a oposição de setores da própria burguesia, que viram-se prejudicados com a entrega da gigante mineradora, com a qual mantinham relação parasitária. O poder judiciário é uma instituição integrante do Estado burguês, e é formado pelos filhos da burguesia. Trata-se de uma máquina esclerosada, que contribui para manter as ilusões democráticas nas massas, apresentando-se como protetora de uma "justiça" supostamente imparcial, na verdade marionete da burguesia. Seu funcionamento é desconhecido da maioria da população. Os juizes, apelidados de "urubus", julgam pequenos crimes e superlotam os presídios. Mas deixam completamente impunes os grandes criminosos, que "compram" sua liberdade. Apesar de estar comprovadamente paralisada pelos milhares de processos emperrados, agiu rapidamente em relação às liminares e suspensões.

Essa "justiça", comprovadamente corrupta, concedia e suspendia dezenas de liminares contra a venda da Vale. Tudo indica que a corrupção e a pressão política foram os motores dessas ações.

Mas as direções das organizações de massa, reformistas, alimentaram todo tipo de ilusão na via judicial para deter a privatização. Com isso, ajudaram a burguesia a alimentar ilusões na democracia burguesa. Enquanto as massas estiverem iludidas com as possibilidades de satisfazerem suas rei-

Nacional



ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS

O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO E A DITADURA DO PROLETARIADO

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

NO NORTE E NORDESTE ESCREVA PARA

CAIXA POSTAL Nº 221 - FORTALEZA - CEARÁ - CEP 60001-970

CAIXA POSTAL Nº 2768 - CEP 59022-970 - NATAL - RN

vindicações pelas vias da democracia burguesa, estarão afastadas do caminho de sua libertação, que passa necessariamente pela ação direta.

A farsa da venda a grupos "nacionais"

Dois consórcios se formaram para disputar a venda a Vale. Um encabeçado por Antônio Ermírio de Moraes, outro pela CSN. Por trás de cada um, agruparam-se as frações do imperialismo americano e japonês, este mais concentrado sob Antônio Ermírio. O governo afirmou que a maior parte do capital ficaria nas mãos de grupos nacionais. Trata-se de uma mentira. O consórcio da CSN teve o aporte de 1,2 bilhões de dólares do Nation Bank americano. A própria CSN tem importante participação acionária de multinacionais japonesas. Como se vê, o controle da mineradora estará sob as mãos do imperialismo.

A própria divisão entre dois consórcios somente espelhou a disputa pela partilha da Vale entre as frações imperialistas. Havia grupos que participavam dos dois consórcios, como a poderosa Nipon Steel. A vitória da CSN expressou no fundo a vitória do imperialismo norte-americano.

O governo "queima" a Vale

Os pouco mais de 3 bilhões de dólares da venda da Vale serão divididos entre pagamento de juros da dívida pública e subsídios a grupos capitalistas. O "abatimento" da dívida pública falado pelo governo significou na verdade uma semana de juros da dívida pública (270 bilhões de dólares, entre a interna e externa). O restante, prometido aos capitalistas como destinado a investimentos na produção, servirão para subsidiar os grupos prejudicados pelo corte no seu parasitismo em relação à estatal.

A avaliação da mineradora foi feita por um grupo integrado pelo Bradesco, que no início era membro de um dos consórcios pretendentes a compra. É claro que o preço fixado foi ínfimo. Isso sim explica porque o

valor final disputado em leilão foi 20% superior. E o Bradesco ainda poderá comprar ações da Vale em um ano. O que significa que já existe um "acordo de gaveta" entre o Bradesco, o BNDES e os compradores da ex-estatal. A retirada do Bradesco do consórcio foi uma farsa para iludir as massas com a mentira da "idoneidade" da transação.

A defesa do estatismo deve se ligar à luta contra o plano de FHC

A venda da Vale foi o maior passo dado pelo governo nas privatizações. Agora, o próximo passo será a entrega das telecomunicações. Significará aumento de tarifas e demissões, em benefício das companhias imperialistas.

É necessário barrar essa ofensiva antinacional e antipopular. Isso só será possível com um movimento nacional de massas de combate ao governo e seu plano.

O problema é que as direções das organizações de massa não têm uma política capaz de fazê-lo. Estão sob a influência da ideologia imperialista da globalização e do neoliberalismo, por isso rejeitam o combate ao conjunto do plano e se propõem a remendá-lo. O caso das privatizações é um exemplo claro: não se colocam contrários à toda privatização, mas apenas a alguns setores, considerados "estratégicos". Por isso, pretendem limitar o programa de privatização do governo, mas rejeitam a defesa do estatismo.

O POR defende o estatismo como parte do programa de reivindicações transitórias que conduz à revolução proletária. Num país capitalista atrasado e oprimido como o Brasil, o estatismo cumpre um papel importante contra o aumento da opressão nacional. A entrega de estatais a grupos estrangeiros aumenta a força destes em relação à nação oprimida. Trata-se de uma luta antiimperialista, que tende a ser também anticapitalista, pelo fato da burguesia nacional ser incapaz de romper suas ligações de dependência com a burguesia imperialista.

Dessa forma, para ser conseqüente, essa luta necessita da direção proletária. Quer dizer que a classe operária deve encabeçá-la, num movimento que agrupa o conjunto dos oprimidos.

A reivindicação de "fim das privatizações, reestatização das já privatizadas sob controle operário" expressa o combate conseqüente contra a linha entreguista do governo. Trata-se de um aspecto essencial do plano de FHC, e por isso implica numa luta nacional pela derrubada do plano antinacional e antipopular.

A CPI dos precatórios está morta!

O relator da CPI dos precatórios, Roberto Requião, declarou que não será "dedo-duro" dos prefeitos e governantes. Significa que não fará com que a CPI incrimine os mandantes dos golpes dos títulos públicos. Pretende chamar para depor agora os senadores responsáveis pelos pareceres favoráveis ao Senado.

Com isso, Requião manobra para desviar

a atenção dos governantes, utilizando a cortina de fumaça dos depoimentos dos senadores. Todos sabem como serão esses depoimentos: que eles não sabiam do destino do dinheiro, que foram "enganados" pelos prefeitos e governadores etc.

O ex-prefeito Paulo Maluf chegou a ser acusado como o principal chefe do esquema de corrupção, mas a pressão política e econômica voltou atrás a denúncia. Agora, com a ajuda da CPI distracionista, sairá inocentado.

As CPIs são instrumentos da burguesia para apresentar à população uma farsa de apuração. Na verdade, servem para encobrir os crimes da

burguesia, pois são formadas pelos próprios burgueses, que jamais julgarão e punirão a si mesmos.

A burguesia corrupta e criminosa só pode ser julgada pelas massas oprimidas, através dos tribunais populares, organismos independentes formados a partir da mobilização popular.

A defesa dos tribunais populares ajuda os trabalhadores a perceberem que a democracia burguesa é na verdade a ditadura de classe dos exploradores, baseada na corrupção política e econômica, e que deve ser destruída pela revolução proletária, que construirá a democracia operária (ditadura do proletariado).



Aonde leva o pacifismo pequeno-burguês?

Basta que haja uma sequência de fatos violentos para surgirem campanhas de "paz e amor". Recentemente os acontecimentos foram: a violência policial em Diadema e Rio de Janeiro, a queima do índio pataxó, as rebeliões em presídios e mortes, como as ocorridas em Santos.

Esses fatos, na verdade, são uma diminuta amostra do que acontece diariamente. O número de homicídios, estupros, assaltos a mão armada, torturas etc são estarrecedores. Uma boa parte das mortes se deve à polícia e aos grupos de extermínio. E a outra, ao narcotráfico. Um dado estatístico referente ao Brasil: de cada 100 mil jovens, 300 são assassinados.

Como se vê, a destruição da vida de seres humanos pelas mãos de outros seres humanos é altíssima. Nisso consiste o avanço da violência. E qual é a campanha que agora se gesta nas cúpulas governamentais e nos estúdios dos meios de comunicação? A campanha pelo desarmamento da população. E qual o canal que se pretende usar para tal campanha? A UNE e demais entidades estudantis.

O presidente da UNE, Orlando Silva Jr., se dispôs a perfilar os estudantes por detrás da "caminhada contra a violência". O apelo é o seguinte: a juventude é por natureza pacifista e é a que mais está sofrendo com a violência. Assim, seria a ponta de lança para a defesa do desarmamento da população. Afinal, aprovou-se uma lei nesse sentido e há que concretizá-la. E nada aparece como mais eficaz para se pôr fim à "banalização da morte". Se a população está armada, logo aí está a fonte de tanta violência. Faz parte disso o desarmamento dos sem-terra, que na verdade nunca estiveram armados. Pois bem, a direção da UNE, majoritariamente constituída pelo PCdoB, concorda com essa tese e seu presidente se declara em campanha pelo desarmamento.

Tudo isso não passa de um espantoso, que só passarinhos muito cretinos podem acreditar como verdadeiro. Alguém que queira raciocinar minimamente logo verá o embuste de tal campanha e saberá qual é seu real objetivo.

O armamento individual de uma parcela da população, principalmente da classe média, não é causa da violência. Quem não vê que os fatos citados são expressão da decomposição do sistema econômico capitalista? A polícia se torna cada vez mais gangsteril por quê? Quais as razões que levam uma importante parcela da juventude para o crime e para a morte? Por que a classe

média aterrorizada se arma? O que explica o narcotráfico empregar 50 mil pessoas só em São Paulo?

O alarmante é que o presidente da UNE sabe de onde vem tudo isso. Em sua entrevista à CBN, disse que a juventude está sem perspectiva. Não encontra emprego, a maioria não pode estudar e se educar. No entanto, pára seu raciocínio no mais evidente e apóia a solução da campanha pelo desarmamento.

A juventude está num beco sem saída e é alimentada pelo que há de mais alienante porque o capitalismo está apodrecido. Há muito deixou de ser um sistema de progresso social e se transformou no seu antídoto, ou seja, no sistema da barbárie civilizada. E os pacifistas querem civilizar a barbárie.

Os ideólogos da burguesia criam campanhas como essas e alimentam o pacifismo pequeno-burguês. O que se espera é acobertar que o capitalismo é violento. E que por isso deve ser abolido. Todo sistema de exploração de classe é violento por natureza, seja escravocrata, feudal ou capitalista. O aumento da violência coincide com a desagregação desse tipo de sistema social.

A exploração do homem pelo homem em si é violência, que aparece na forma escrava, servil ou assalariada. Quando tal forma se justificou historicamente pela necessidade do desenvolvimento das forças produtivas, foi progressiva. Mas quando a violência da exploração mudou de qualidade, explorando a destruição de forças produtivas e amplo sacrifício das massas, então, não mais se justifica historicamente e assume a forma da barbárie. Essa última característica é a etapa em que vivemos, a do capitalismo monopolista que se volta contra a humanidade.

A proliferação da indústria armamentista, da indústria do tráfico, do jogo alienante etc se combina com o desemprego massivo e com uma população cada vez mais miserável. É nesse contexto que se destaca a maior violência, ou seja, a violência do Estado contra as massas. Os massacres praticados pelas forças repressivas estatais se tornam corriqueiros. Lembremos as chacinas de Corumbiara e Eldorado dos Carajás. Também a do Carandiru, Vigário Geral etc.

Há ainda uma violência mais ampla. A da opressão nacional exercida pelas potências imperialistas, que mantêm a maioria das nações no atraso e que as saqueiam, provocando fome por todos os lados. Acompanha a opressão nacional as guerras criadas pelo imperialismo.

Diante de um problema tão comple-

xo, mas fácil de se entender porque se manifesta plenamente aos nossos olhos, por que a direção da UNE se junta à campanha orquestrada pelos verdadeiros responsáveis pela violência? Porque sua política não está voltada a destruir o capitalismo em favor de um novo sistema socialista. Se estivesse, saberia que a violência não tem um valor em si mesma e que ela é produto de relações sociais. O que quer dizer que tanto expressará a barbárie do sistema arcaico, quando é praticada pela burguesia contra as massas, quanto expressará progressividade revolucionária se praticada pelas massas para se libertar dos escravizadores através da revolução.

A que serve, então, o pacifismo? Acabará com a violência bárbara do sistema capitalista, evitando a necessidade da revolução? Não. Serve à opressão de classe e à opressão nacional. Serve de cobertura ideológica ao sistema e à sua violência contra as massas. Não só não pode resolver a violência como é uma arma da burguesia contra a revolução.

O POR rechaça a campanha de desarmamento da população. Em seu programa defende o armamento coletivo, controlado coletivamente através de milícias populares organizadas em comitês de autodefesa. Defende a destruição de todo aparato repressivo do Estado burguês. Contrapõe-se à intervenção militar-policial nos movimentos sociais. O objetivo estratégico é extinguir o capitalismo, sem o que a barbárie avançará. Amanhã não serão mais 300 jovens assassinados a cada 100, a proporção será maior. Ou caminhamos para o socialismo ou para a barbárie.

Nacional



Lutemos contra o fim da estabilidade!

A votação da Reforma Administrativa na Câmara dos Deputados tem refletido a divisão interburguesa. No primeiro turno, o governo conseguiu apenas um voto a mais que o mínimo necessário para a aprovação. Durante as votações de destaques, o governo sofreu algumas derrotas, mostrando uma divisão na base governista. Quando o presidente da Câmara Michel Temer tentou fazer a votação avançar a qualquer custo, ignorando os pedidos de destaque da

oposição, aconteceu o "apitão": os deputados petistas e aliados fizeram tanto barulho com apitos que conseguiram inviabilizar a sessão.

No dia seguinte, reuniram-se os líderes dos partidos para um acordo. A ala governista cedeu dois pedidos de destaque para a oposição e esta concordou em fazer apenas um destaque para a questão da estabilidade do funcionalismo. Com isso, em apenas uma única votação, o governo conseguirá aprovar a quebra da estabilidade, que é a espinha dorsal da reforma administrativa. O recuo da oposição abriu ainda mais o caminho para o governo demitir os servidores.

Chama a atenção a ausência de resposta organizada do funcionalismo. Enquanto se trava a disputa no parlamento, com a forte tendência da vitória governista, os sindicatos de funcionários e a CUT não preparam a resistência com luta. Se continua o quadro atual, a quebra da estabilidade virá e com ela as demissões em massa.

A utilização das manobras institucionais (obstrução etc.) jamais será capaz de deter a burguesia, jogando em seu próprio campo de disputa. Somente a luta direta poderá enfrentar o governo FHC e seu plano.

Nacional

Por que o MST não deve participar da Comissão Governamental

O encontro dos líderes do MST com o presidente Fernando H. Cardoso resultou na proposta governamental de constituição de uma comissão. O objetivo seria elucidar as informações desconhecidas da ação do governo quanto ao número de assentamentos realizados, seu projeto e aspectos ligados ao conflito agrário envolvendo o MST.

Em realidade, não se trata de uma comissão para atender as reivindicações dos camponeses sem-terra. Para isso, tal organismo é desnecessário. O que o governo pretende é obter do MST um acordo de suspensão das ocupações de terra.

A política econômica pró-imperialista e antipopular do governo não permite que se gaste com desapropriações e assentamentos, que segundo dados oficiais significa despender de 30 a 40 mil reais por família. Mais do que isso. O governo está convencido da inviabilidade de qualquer reforma agrária. Mas está obrigado a responder ao movimento campo-



nês, que ganhou altitude social nos últimos tempos com as ocupações e os massacres sofridos.

Para o governo federal, só há duas vias: ou ludibria o MST com os mínguos assentamentos, que nem de longe toquem na estrutura latifundiária, ou desfecha a repressão aberta. Reais medidas de distribuição de terras contra os interesses da burguesia nem pensar. Assim, o governo reflete as pressões dos capitalistas e setores da pequena burguesia.

Uma fração dos opressores critica FHC de ser muito condescendente com o MST e exige repressão. O plano de desarmamento vem atender em parte a pressão desse setor. Através dele, pretende-se aterrorizar e controlar por dentro o movimento dos sem-terra. Uma outra, acha que é melhor se achar uma saída negociada. O que quer dizer alcançar um pacto com o MST em torno de metas de assentamento.

É claro que o mais desgastante para o governo, que pretende manter a fachada de "democrático", seria tomar medidas abertas de repressão, como por exemplo colocar o MST na ilegalidade. A via da negociação ainda é o caminho escolhido, sem deixar de combiná-la com medidas pontuais repressivas.

Ocorre que o governo não pretende de fato solucionar o problema colocado pelo

MST: assentar um milhão de famílias. No encontro do dia 17, os representantes do MST apresentaram uma proposta tipicamente reformista, defendendo metas graduais de assentamentos. O governo lhes respondeu com números financeiros e impossibilidade econômica. Essa é a situação real.

A proposta de se constituir uma comissão não passa de uma manobra para amarrar o MST em torno do objetivo de suspender ou arrefecer as ocupações de terra. Eis por que o POR defende que não se participe na comissão governamental.

Trata-se do MST se colocar seriamente pela constituição da aliança operária e camponesa e modificar seu programa reformista de assentamento. O impasse dessa linha de solução da terra no interior do capitalismo está se aproximando e poderá ser fatal para a luta dos explorados.



Natal - Em Defesa do MST

O POR atuou no dia 17 de maio em Brasília e nos estados em que tem intervenção. Em Natal, durante o ato do dia 17, o POR foi impedido de falar no palanque. Destaca-se o fato dos dirigentes do ato permitirem a falação de membros do PMDB, que é responsável por massacres contra os sem-terra. Não bastasse isso, os "seguranças" do ato foram mandados a retirarem a militância do local. O POR denunciou a atitude antidemocrática através de um manifesto público. A direção regional do MST reconheceu a razão dos militantes do POR e os convidou a participarem do ato de 1º de maio num acampamento da região. Na ocasião, o POR distribuiu outra nota política. Os fatos mostram a importância da luta política e da seriedade do POR. Quando criticamos a direção do MST publicamente, o fazemos por necessidade, nunca a atacamos gratuitamente. Além disso, empenhamo-nos na defesa da direção do MST contra qualquer ataque da burguesia ou do governo. Publicamos abaixo os três manifestos, para que o conjunto do movimento possa avaliar:

Manifesto de 17 de abril: Em defesa do MST

A vida das massas vem sendo atacada de forma cruel pela política de concentração de rendas que caracteriza o sistema capitalista.

A concentração da propriedade fundiária (latifúndios) reclamadas pela agroindústria provoca o desemprego no campo, na medida em que absorve os minifúndios e substitui o trabalho do homem pelo da máquina, gerando milhares de desempregados e sem-terra, aumentando a concentração de rendas nas mãos de poucos.

A ocupação de terras é a forma que as grandes massas reconhecem como mais imediata para buscar meios de sobreviver.

Esmagar o movimento dos Sem-Terra na tentativa de levá-los ao fracasso tem sido interesse da burguesia, sobretudo dos latifundiários da agroindústria.

Estes organizaram seus braços armados representados pela UDR (União Democrática Ruralista) que tem apoio de FHC junto às forças armadas, além dos grupos para-militares treinados com esse fim, que vêm despejando sua fúria assassina sobre os sem-terra.

Foi com requinte de crueldade que a burguesia latifundiária procedeu em Corumbiara (Rondônia), em Eldorado dos Carajás (Pará) por mais de uma vez, e mais recentemente em Pontal de Paranapanema (São Paulo).

Ao lado de tais circunstâncias, o Ministro Jobim procura controlar o movimento, uma vez que cria lei de desarmamento e procura seguir as trilhas percorridas pelo MST com o interesse de controlar seus destinos. De quem será exigido o cumprimento de tais leis? Da UDR que se arma até os dentes? Não. Estejamos atentos. A tal violência é impossível respondê-la de outra forma senão se armando também como forma de autodefender-se.

Para enfrentar o desemprego, a



miséria e desprezos dispensados às massas e as ações de perversidade endereçadas aos sem-terra pelos capitalistas latifundiários, é urgente a aliança operária e camponesa como meio de enfrentar a luta contra o sistema de opressão que vivemos, decorrente do aprofundamento da crise do capitalismo. Lutemos rumo a construção da sociedade socialista, fruto da revolução proletário-camponesa capaz de pôr fim à situação em que vivem os sem-terra e as grandes massas.

Em defesa dos sem-terra e da a marcha do dia 17, lutemos também:

Contra as prisões dos líderes dos MST!

Contra a política governamental do desarmamento dos trabalhadores!

Pela organização dos comitês de autodefesa!

Pela punição dos assassinos dos Sem-Terra e seus mandantes!

Pelos Tribunais Populares para punir os assassinos e agressores dos Sem-Terra e das massas em geral!

Pela expropriação dos latifúndios sem indenização!

Pelo aliança operário-camponesa, capaz de promover a revolução agrária e resolver os problemas que afligem as massas!

Para discutir sobre a situação do MST e a Conjuntura Nacional estamos lhes convidando para participar de um debate a ser realizado no dia 13/04/97 na CUT - Av. Rio Branco, 542, próximo ao Banco do Brasil.

Nacional

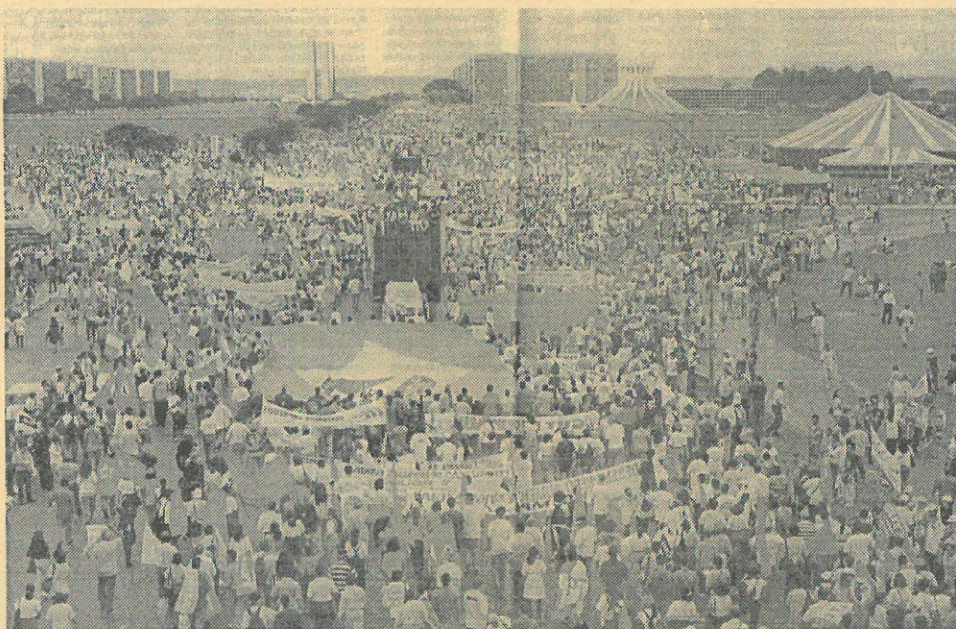


Manifesto publicado logo após o 17 de abril: Volver as armas para os latifundiários, e não para os revolucionários !

A manifestação do dia 17 de abril em Natal foi parte da marcha dos sem-terra, em defesa do MST e de luto pela morte dos camponeses em Eldorado dos Carajás (Pará) e Corumbiara (Rondônia). Foram crimes de classe cometidos pelo latifúndio contra os camponeses pobres, sob a cobertura do Estado e impunidade pela Justiça.

O Partido Operário Revolucionário (POR) está fazendo uma campanha em nível nacional em apoio à luta pela terra, por isso construímos o ato político com nossa militância nas escolas, onde estamos desenvolvendo trabalho, passamos em sala de aula na UFRN convocando os estudantes, professores e demais funcionários para participarem da programação de 14 a 17/04, realizamos um debate *sobre a situação do MST e a conjuntura nacional* na sede da CUT no dia 12/04; fizemos ampla colagem, distribuição de panfletos nos locais de atuação, confeccionamos faixas com as bandeiras programáticas: *Tribunais Populares para punir os crimes de classe dos latifundiários, pela aliança operário-camponesa* etc.

Entretanto, por ocasião do ato político, as direções do movimento, sobretudo a direção do MST, vetaram arbitrariamente que o POR falasse. Em resposta a esta atitude contrária à democracia operária, o POR reagiu com a seguinte palavra de ordem: "O POR quer falar, a burocracia não quer deixar". Imedi-



tamente, a direção ordenou aos seguranças que retirassem à força os militantes do POR, numa típica atitude de burocratas temerosos que as idéias revolucionárias do POR ao tomarem conta das massas se transformem em força material. Para evitar isso, têm utilizado constantemente de meios contrários à democracia operária. O PSTU, apesar de alguns de seus militantes manifestarem repúdio às agressões físicas aos militantes poristas, sequer defendeu na oportunidade que teve no ato o direito das correntes minoritárias intervirem. Preferiu calar-se que apoiar os revolucionários, coadunando com as maquinacões da burocracia. Coisa típica do centrismo.

A direção do movimento anunciou nomes de parlamentares do corrupto PMDB, partido também responsável pelo massacre dos sem-terra, mas expurgaram os que realmente defendem os interesses dos operários e camponeses. Tratam com boa vizinhança o governo e seus aliados, mas combatem as idéias revolucionárias.

Alegaram que quem era contra a política implementada pela direção, era também contra o MST. Isto é totalmente equivocado, pois tentam confundir a direção com o movimento. Fazem isso por que as idéias e a estratégia de assentamento e pacifismo defendidas pela direção do MST está em franca contradição com o método da ação direta, das ocupações, das mobilizações, manifestações e necessidade de autodefesa armada

dos camponeses. Diante de tantos massacres, prisões e ameaças de despejos pelo governo, como pode a direção do MST tentar imprimir ao movimento dos sem-terra uma aparência pacifista e democratista, que não pode jamais ter? Devemos nos atentar para o fato de que as ocupações de terras são uma ameaça ao direito burguês de propriedade privada, por isso são rechaçadas com violência reacionária do latifúndio armado e pela repressão estatal.

O conflito no campo se agrava, a UDR se reorganiza para melhor armar os latifundiários, as lideranças são presas, a burguesia e seu Estado enfrentam o movimento camponês com armas, processos judiciais e prisões. Qual é pois o fundamento do pretenso pacifismo defendido pela direção do MST e canonizado pela Igreja, PT, PCdoB etc. ? Nenhum. Qualquer lutador forjado na tempera da luta de classes sabe que a via pacífica não solucionará as reivindicações dos sem-terra. A campanha ideológica contra a violência e em favor do pacifismo favorece à violência reacionária do Estado e latifúndio armado, e impede os camponeses de acordarem para a necessidade de auto-defesa.

A via de uma verdadeira transformação no campo não está nas artimanhas parlamentares, nem no malogro burguês de limitados assentamentos, sem que se mexa num só centímetro da estrutura latifundiária. Se dará sob a revolução agrária, fruto da luta

de classes, liquidando com o poder da burguesia. Isso se dará pela expropriação da propriedade latifundiária e a nacionalização das terras a partir de um movimento insurrecional das massas. O fim do regime da propriedade latifundiária, da miséria e opressão sobre os camponeses e as massas empobrecidas só ocorrerá com o rompimento do modo capitalista de produção e apropriação de riquezas, ou seja, com a derrota geral da burguesia. Dessa forma, a revolução agrária será apenas um elo da revolução proletária.

Por não concordar com as idéias revolucionárias do Partido Operário Revolucionário (POR), as direções vêm tolhendo o direito de divulgarmos e defendermos o programa da

revolução proletária no seio das massas. O que aconteceu em Natal, no dia 17 de abril, significa que a incapacidade de combater politicamente no campo das idéias revolucionárias e de dar uma resposta à altura das tarefas colocadas para o movimento têm levado as direções a usarem de força física para minar a resistência revolucionária do POR. Entretanto, achamos que as armas devem se voltar contra o latifúndio, a burguesia e seu estado, contra os inimigos de classe, e não querer usá-las para intimidar os revolucionários. Chamamos os camponeses que lutam heroicamente pela terra, que enfrentam obstinadamente a fúria dos capitalistas, que mostram que as transformações só virão através da

ação direta das massas, a lutarem com o conjunto do movimento operário resolutamente e de forma independente da política burguesa, através do Partido Operário Revolucionário (POR).

Organizemos para lutar por:

1) Em defesa das ocupações dos sem-terra!

2) Auto-defesa dos camponeses contra os latifundiários e a repressão estatal!

3) Fim do latifúndio, entrega das terras aos camponeses pobres!

4) Pela aliança Operário-camponesa!

NACIONAL

Manifesto distribuído no ato de 1º de maio: 1º DE MAIO A ALIANÇA OPERÁRIO-CAMPONESA PARA DERRUBAR OS GOVERNOS E SEUS PLANOS ANTIPOPULARES

O governo FHC tem cada vez mais aprofundado a miséria dos trabalhadores, através da aplicação do Plano Real e seus projetos neoliberais. O desemprego cresce nas capitais e no interior dos Estados, chegando a números alarmantes como 15%. Os preços dos alimentos, principalmente da cesta básica, tiveram aumento variando de produto. Cresce também, principalmente nas grandes cidades, a violência reacionária, ou seja, do Estado capitalista com sua força repressiva, a polícia, contra os trabalhadores, seja nas ocupações dos sem-terra, greves, manifestações de ruas e nas periferias contra a população pobre. No campo, os latifundiários se armam a cada dia, e reergueram a UDR, que pressiona cada vez mais o governo FHC por medidas enérgicas contra o MST.

O governo tenta, com dificuldades, aprovar a reforma administrativa que retira conquistas importantes dos trabalhadores como aposentadoria, e impõe o contrato de trabalho provisório.

Por isso o POR (Partido Operário Revolucionário) defende a unidade de todos os trabalhadores e a imediata convocação de uma PLENÁRIA NACIONAL DE BASE PARA PÔR EM PÉ A LUTA POR: ABAIXO FHC E SEU PLANO ANTIPOPULAR E ANTINACIONAL!



Construir a greve geral por tempo Indeterminado

Expropriação dos grandes latifundiários sem indenizações e do capital financeiro!

Constituir os Tribunais Populares para julgar e punir todos os crimes da burguesia contra os tra-

balhadores!

Todo apoio às ocupações! Construir os Comitês de Autodefesa!

Pelo o governo OPERÁRIO e CAMPO-NÊS!



Estudantes da UECE lutam contra a privatização

A luta dos estudantes contra a política de destruição das universidades promovida por FHC, e aplicada à Universidade Estadual do Ceará (UECE) pela burocracia privatizante (interventor Manassés), está se agudizando.

O novo ponto de tensão teve início com o despótico aumento da taxa do restaurante universitário (RU) no dia 22 de abril pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (ligada ao PT), com o silêncio do movimento *Reviravolta* (PSTU) e *Remando contra a maré* (PT) que, no dia do aumento da taxa, não se mobilizaram contra a mesma. A Corrente Proletária Estudantil (POR) e independentes não se intimidaram; ocuparam o RU e serviram o jantar gratuitamente. A reação do Vice-Reitor (Araripe), um burocrata a serviço do governador Tasso Jereissati, junto à Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) chegou ao extremo do autoritarismo: decretou o fechamento do RU e jogou a responsabilidade sobre o Centro Acadêmico de Pedagogia e a Corrente Proletária Estudantil (POR). O fechamento permaneceria até a data em que os estudantes formassem uma comissão para negociar o valor da nova taxa.

A incoseqüência do reformismo (pt) e centrismo (PSTU) e suas variantes

Desde o último Conselho de Entidades ficou estabelecido que, para melhor organizar os estudantes contra a destruição da Universidade, seriam feitas assembleias setoriais e gerais. Assim, pode-se observar com mais clareza a incoseqüência de algumas correntes



em travar uma luta enérgica contra a burocracia e sua política privatizante. A LBI-Avançar na Luta (racha sem princípios de Causa Operária), que destruiu o DCE da UECE e sumiu, resolveu aparecer após dois anos. Este grupelho pseudo-trotskyista, quando à frente do DCE-UECE, aliou-se com a Reitoria (Petrola) em troca de benefícios para a construção de sua corrente, o que desorientou os estudantes e favoreceu a ofensiva privatizante. Agora, dando continuidade à sua política pequeno-burguesa, defendeu em Assembleia Geral, em que estava em jogo os interesses da Universidade pública e gratuita, através do ex-secretário geral da gestão *Avançar na Luta*, a proposta de negociação da taxa entre 0 e R\$ 0,20, ou seja, defendeu a taxa dentro de Universidade Pública, mostrando assim toda a incoerência na defesa da Educação pública e gratuita.

O PT foi da franca defesa da taxa até a negociação proposta pela LBI. Das propostas apresentadas, a defendida pela LBI e apoiada pelo PSTU e PT saiu vencedora.

O PSTU, que enquanto direção majoritária no DCE (*Só a luta conquistada*), condenou as pichações realizadas pela Corrente Proletária Estudantil (POR), acabou diante da burocracia numa atitude clara de traição e divisão do movimento, indo a reboque da LBI na negociação da taxa. O Partido Operário Revolucionário (POR) defendeu resolutamente a extinção de taxa para RU, a retirada incondicional e imediata da PM do *campus*, concurso público para professor efetivo, pôr abaixo o cartão que acaba a meia-passageira etc.

A Mobilização contra a Burocracia

Os alunos já haviam começado a se manifestar contra a destruição do

ensino, taxas etc., quando na manhã do dia 23 os universitários, após a última Assembleia Geral, se dirigiram à Reitoria, que foi ocupada. A ala defensora da Universidade (alunos) da qual a fração mais radical era formada por militantes do POR e independentes, e a ala conciliadora (burocracia) se chocaram abertamente. A proposta vitoriosa na Assembleia Geral, defendida pela LBI-PSTU-PT sequer teve ressonância, nem foi apresentada à burocracia, acabaram recuando diante das pressões da base estudantil organizada em torno da Corrente Proletária Estudantil (POR) e independentes. A maioria dos alunos exigiu o RU sem taxa e nenhum prazo para aumento da taxa. Além disso, os estudantes fecharam uma proposta segundo a qual, se o RU não fosse aberto até dia 24/04, seria ocupado um salão pertencente ao DCE que está atualmente em poder da Pró-Reitoria de Graduação. Diante de tanta pressão e de uma massa estudantil radicalizada, a Reitoria recuou, o RU foi reaberto a R\$ 0,20 no dia 24. A Reitoria propôs uma comissão para discutir propostas definitivas para o RU até no máximo 23 de maio. Se não existirem propostas, a Reitoria retomará o aumento.

Somente os estudantes mobilizados, juntamente com os funcionários, professores e demais trabalhadores, sob a base de um programa antiimperialista e anticapitalista derrotará integralmente a política de destruição da educação pública e gratuita, implementada por Tasso, e seu interventor Manassés. A Corrente Proletária Estudantil chama a base em luta do PT, PSTU a romperem com a política imobilista e de conciliação dessas organizações e construirão o Partido Operário Revolucionário (POR).

Os estudantes da UECE lutam contra a destruição da universidade

A nova ofensiva da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), ligada ao PT, conjuntamente com o Reitor da UECE, tem se mostrado claramente privatizante.

Os ataques descarregados sobre a universidade se materializam nas multas aplicadas aos alunos que atrasam livros da biblioteca, no aumento de 100% da taxa do restaurante universitário (RU), que passou de R\$ 0,20 p/ 0,40, repressão ao movimento estudantil e constrangimentos aos funcionários que são muitas vezes acusados de roubo no RU e revisados pela polícia do campus. Tudo isso somado à situação atual da universidade, que chegou a um nível altíssimo de destruição. A diminuição das vagas ofertadas no vestibular em diversos cursos, o abandono do observatório astronômico, as péssimas condições dos laboratórios, falta de livros novos e concurso público para professores efetivos são exemplos marcantes do processo de desmonte das universidades públicas, como a UECE.

No último dia 05 de abril, o Centro Acadêmico de Pedagogia (POR e independentes) e a Corrente Proletária Estudantil fizeram várias pichações na UECE em protesto contra o aumento da taxa do RU e a destruição do ensino. Logo após, no dia 07 de abril (data do início da cobrança da nova taxa), quando os alunos mobilizavam-se

contra o aumento, o PSTU (movimento *Reviravolta*) e o PT (*Remando contra a maré*) defenderam a criação de uma comissão para pedir o congelamento da taxa em 20 centavos. A postura dessas correntes apenas legitimou a manutenção da taxa, dizem em seus discursos serem contra as taxas, mas na prática defendem o congelamento e a manutenção das mesmas. O CA de Pedagogia e a Corrente Proletária Estudantil (POR) defenderam a taxa zero e a ocupação do RU (entrar sem pagar a taxa e se auto servirem). Realizada uma Assembléia com os estudantes no local e posta em votação as propostas, venceu a proposta do PSTU/PT; formou-se uma comissão que garantiu o congelamento até 22 de abril.

Outro fato curioso é que o PSTU e PT (forças majoritárias do DCE) chegaram a questionar as pichações perante o próprio reitor caindo no discurso vazio pequeno burguês de destruição do patrimônio. Depois que o CA de Pedagogia e a Corrente Proletária Estudantil rebateram as críticas do reformismo e da burocracia colocando o objetivo das pichações como elevação da consciência política dos estudantes e de uma forma de denúncia da situação de descaso em que se encontra o ensino público, ficaram claras as vacilações do PSTU e do PT. Estas duas correntes (PT e PSTU) com um discurso

falacioso ainda questionaram o conteúdo das pichações, como se nunca tivessem feito qualquer pichação na UECE. Esqueceram que até o final do ano de 1996 todas as pichações que existiam foram feitas por eles.

Como se não bastasse tudo isso, foi decretado a "caça às bruxas" aos membros do Corrente Proletária Estudantil por defenderem resolutamente as idéias revolucionárias. O Reitor prometeu punir os alunos responsáveis pelas pichações, inclusive processá-los, além de questionar publicamente a competência acadêmica dos mesmos. Foram formas encontradas pela burocracia da Universidade para intimidar o movimento estudantil. Fica claro, assim, que a única reação esperada da burocracia privatizante quando se exacerba a luta de classes dentro da universidade é a promoção de calúnias, perseguições e acusações levianas aos revolucionários.

OPERAÇÃO
Educação



Carta Aberta aos Estudantes do Pouso Universitário

Companheiros, em novembro do ano passado fui eleita vice-conselheira do pouso Universitário para compor um Conselho constituído por um representante da pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, um representante da prefeitura do Campus Universitário, um representante do DEPAE e um representante dos residentes, presidido pelo Diretor do Departamento de Assuntos Estudantil. Como se observa da configuração desse conselho, trata-se um organismo burocrático, totalmente controlado pela Administração da Universidade, funciona como um mecanismo de transmissão da política implementada pela reitoria em consonância com o projeto de educação do Governo de Fernando Henrique Car-

doso, que promove uma grande ofensiva privatizante contra a educação. Através de sua política antipopular e abertamente subordinado aos interesses do capital financeiro nacional e internacional (FMI, Banco Mundial, BIRD etc.), comanda o desmonte do ensino público. A privatização da Universidade de Tocantins (MS) exemplifica bem o favorecimento do ensino mercantilizado.

A redução das verbas para a assistência estudantil faz parte do conjunto de medidas do governo federal contra os serviços públicos como a saúde, educação e moradia. Os salários miseráveis dos professores e demais trabalhadores, o incremento das taxas de serviços, o descaso com as bibliotecas e a falta de livros, o corte

sistemático das poucas verbas para o ensino, a não realização de concurso público para professores efetivos para suprir o déficit, o desemprego alarmante, a desagregação física dos universitários, a repressão aos sem-terra etc. afetam mais diretamente a vida das massas empobrecidas.

Sabemos que a única forma de combater a situação de descaso com a educação é através da organização do conjunto dos estudantes, professores e de-

mais trabalhadores. Entretanto, a organização não pode se dar de forma isolada, nem muito menos atrelada à burocracia da Universidade, que utiliza tais entidades para implementar o projeto de privatização e desmonte da educação. Dessa forma, devemos primar pela independência de classe

fortalecendo as entidades e organizações com uma política que coloque claramente as raízes sociais da crise do ensino e aponte a via para a transformação dessa realidade através dos métodos de luta como as mobilizações, manifestações, ocupações, greve etc. Dentro da Estrutura burocrá-

tica do Conselho atual, nossas reivindicações se tornaram palavras ocas sem qualquer concretização, participando de tal conselho estaremos no máximo sendo coniventes com a política da reitoria, que tenta dividir os residentes como se os problemas que os atingem não tivessem as mesmas causas.

É necessário construir um conselho Unitário dos residentes de graduação e pós-graduação, independente da política burocrática da pró-reitoria. Devemos erguer um Conselho que se coloque pela luta em defesa do ensino público, gratuito e de qualidade, em conjunto com os professores, servidores e demais trabalhadores. Não podemos coadunar com a estratégia privatizante da Administração da UFRN, pois repre-

senta uma correia de transmissão da política privatizante e desagregadora da Universidade, nem muito menos tratar de forma isolada os problemas dos residentes de graduação e pós-graduação. Nossa unidade através da luta é a única forma de defender nossas conquistas. Por isso:

RENUNCIO AO CARGO DE VICE-CONSELHEIRA!

Chamo os residentes de graduação e pós-graduação a construir um movimento combativo e organizar um CONSELHO UNIFICADO DE RESIDENTES DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO, em defesa do ensino público, gratuito e de qualidade, para pôr abaixo a ofensiva privatizante do governo FHC e seus representantes na UFRN!

Defendamos a militância de Antonio Justino

É mais do que evidente que a ação judicial movida pelo Sr. Felício, presidente da Apeoesp, contra o reconhecido e tenaz militante Antônio Justino (Tonhão) é uma perseguição política. Sob a alegação de que foi atingido moralmente por acusações caluniosas no Congresso da Apeoesp, o Sr. Felício e a diretoria da entidade levou Antônio Justino para as barras da justiça patronal. A mesma que monta processos contra os sem-terra qualificando-os de quadrilheiros. A mesma que reprime como crime grevistas que não atendem as leis de proteção dos interesses capitalistas. E a mesma que moveu inúmeros processos contra Antônio Justino por ter apoiado movimentos de sem-teto em Diadema.

O Sr. Felício muito bem sabe que seu adversário político, que nunca lhe deu trégua, não pode sofrer nenhuma condenação porque pesa sobre Antônio Justino a sombra da prisão. Mesmo assim insiste em transformar confrontos políticos em caso de polícia.

Assim, não podemos deixar de derrubar esta máscara colocada pela diretoria da Apeoesp, como vítima individual de uma suposta calúnia

individual. Na luta política pode haver inclusive calúnias e até agressões físicas, mas estas continuarão a ser um problema político a ser resolvido pelos próprios trabalhadores e não pela polícia e Estado burguês, do qual faz parte o judiciário.

O Sr. Felício também quer resolver um problema político de choque cotidiano com uma posição oposicionista. Mas o faz não pela via da democracia dos trabalhadores (Assembléia Geral) e com os métodos próprios da classe operária. Utiliza-se da justiça patronal, que é uma polícia jurídica, para suprimir a oposição. Certamente, está nos seus cálculos expulsar o opositor do sindicato, assim que tiver o aval da justiça condenatória.

Somente os despolitizados ou os que agem por caminhos estranhos aos princípios políticos dos trabalhadores podem achar ou dar a parecer que as críticas e confrontos de Antônio Justino com a diretoria da Apeoesp se devem a posição individual. Absolutamente não. Antônio Justino tem uma história de luta no interior do movimento docente e fora dele. O que quer dizer que expressa uma posição social.

Citemos apenas um exemplo: Antônio Justino foi vice-prefeito da primeira gestão do PT em Diadema, mas logo rompeu com o Prefeito Gilson Meneses por caracterizar um desvio do programa, através do qual a chapa foi eleita. E que destino político levou Gilson Meneses? Logo rompeu com o PT e passou a perambular entre os partidos burgueses que melhor lhe acolhessem. Antônio Justino rechaçou a conduta antitrabalhadora do ex-metalúrgico e o acobertamento do PT. Se Antônio Justino fosse um oportunista, estaria até hoje dependurado na máquina estatal e na burocracia dos partidos oficiais. Muito pelo contrário, sempre procurou

o caminho mais difícil para expressar suas convicções. A sua escola tem sido com frequência perseguições políticas, jurídicas e policiais. Não por acaso foi prisioneiro político, juntamente com outros lutadores como Manoel Boni, Romildo Raposo etc.

Relatamos essa passagem de sua vida porque ela é por si só a sua melhor defesa contra a tentativa do Sr. Felício de silenciá-lo como oposicionista através do aparato repressivo do Estado. Podemos discordar de suas posições e de como luta contra a burocracia sindical, representada na Apeoesp pela corrente Articulação do PT. Nós do POR inúmeras vezes expressamos graves divergências com as posições de Antonio Justino. Porém, jamais tocamos num fio de cabelo da dignidade desse militante irreverente, corajoso e combativo.

Está aí por que chamamos os professores e todas as correntes políticas que se reivindicam da causa dos trabalhadores a olhar a essência política do conflito e da atitude nada digna do Sr. Felício. Façamos uma campanha de denúncia contra a linha de repressão adotada pela direção da Apeoesp. Ela está refletindo uma tendência antidemocrática no sindicato, referimo-nos à democracia operária. Não é por acaso que de passo em passo a Articulação-PT vem esclerosando as conquistas democráticas obtidas com luta no passado não muito distante. Defender a militância de Antônio Justino contra o processo repressivo do Sr. Felício é defender princípios de classe.

Que imediatamente a diretoria da Apeoesp avalie sua posição incorreta e suspenda o processo.



Porque votar nulo nas eleições do SINPRECE

Se quisermos de fato construir uma alternativa no SINPRECE haveremos de compreender primeiramente o que significa um projeto alternativo.

Entendemos que para derrotar FHC faz-se realmente necessário construir um projeto alternativo conseqüente, ou seja, um projeto revolucionário, um projeto socialista.

Na verdade não basta derrotar FHC porque a nossa luta é contra todo o sistema capitalista, a nível mundial.

Infelizmente nenhuma das três chapas que ora se apresentam para concorrer as eleições do SINPRECE está de fato se propondo a construir uma alternativa revolucionária para a direção do movimento dos previdenciários no Estado do Ceará.

Cada urna das três chapas recebe a influência direta de partidos cujos programas políticos são no mínimo equivocados e com certeza incapazes de levar a luta dos trabalhadores até a vitória.

A chapa 1 é do PC do B, que fez campanha na televisão para eleger carascos do povo, tipo Tasso, no Ceará e

Collor, em Alagoas. A chapa 2 é do PT, que tem feito alianças com o PSDB e limita-se a fazer pressões parlamentares inócuas e a chapa 3 é controlada pelo PARTEH, que utopicamente defende a idéia de uma revolução humana.

Gostaríamos que houvesse uma chapa 4 para que pudéssemos votar. Não uma chapa qualquer, mas uma chapa de classe e de luta que defendesse a revolução e ditadura proletárias e que realmente levasse a sério a democracia operária. Essa chapa não existe por um motivo muito simples. O Partido Operário Revolucionário (POR) ainda é muito pequeno e por isso não conseguiu inserir-se ainda na base do SINPRECE, esperamos que isso ocorra o mais breve possível.

As três chapas se dizem de oposição ao governo FHC e até mesmo ao sistema capitalista, mas seus programas políticos e suas práticas são totalmente equivocados porque nenhuma delas respeita a democracia operária, embora já tenha havido algum avanço nesse sentido, e nenhuma delas leva em con-

ta que para construir a nova sociedade os trabalhadores precisam tomar o poder na marra e implantar a ditadura do proletariado contra a burguesia.

Assim sendo, não nos resta outra coisa a fazer senão votar nulo e tentar construir na base uma futura chapa que seja alternativa pra valer. Não é por acaso que Adiléia Almino, que sempre foi anti-greve e que chegou a ocupar a chefia do posto do INAMPS do Crato, está na chapa 3.

Previdenciário consciente! esteja alerta! dia 14 de maio, vote certo! vote nulo! Diga não ao imobilismo! Diga não ao vazio político!

- viva a ação direta das massas

- viva o socialismo!

- Construir a corrente proletária nos previdenciários!

Movimento Operário

Construir uma oposição à direção do SINTE

Os reformistas do PT, defendem que a "globalização" da economia é um processo irreversível, que o plano Real tem seus pontos positivos e negativos, e que o Brasil caminha para se integrar à "Nova Ordem Mundial". É que a tarefa central seria (estratégia) constituir uma hegemonia "em favor da cidadania" e integração dos "excluídos" no reino capitalista. E tal hegemonia se daria através da via pacífica da democracia burguesa (eleições e funcionamento parlamentar) e da constituição de uma "nova aliança" com setores burgueses tidos como progressistas (governo democrático e popular). A direção do Sinte adaptou-se a essa estratégia, por isso, jogam toda a luta para o parlamento e as eleições. Não organizam os trabalhadores na base (por local de trabalho) e se afastaram das escolas. Um exemplo disso: foram até as greves do Estado e Município do ano passado e as desmobilizaram. Defendem a participação dos sindicatos nos pactos e organismos do Estado burguês, como: comissão do governo (MEC) pela valorização do profissional do magistério, um governo que sequer recebia o sindicato num período de greve, a direção defendeu e aprovou em assembléia a participação do Sinte nessa comissão. Defendem também que o Sinte participe dos Conselhos Estadual e Municipal de Educação e em fóruns com representantes dos governos, a exemplo do seminário marcado

para maio, onde terá representantes do governo Garibaldi

É uma direção antidemocrática, pois manobra as assembléias, gasta abusivamente as finanças do sindicato sem controle da base, não respeita o estatuto do Sinte nem as decisões dos congressos e veta o direito político das correntes minoritárias como a Corrente Proletária da Educação, que no congresso estadual da educação em 1996 foi impedida de expor suas idéias no debate de conjuntura, retiraram nosso delegado ao congresso da C.N.T.E. e vetam politicamente nossa participação como expositores nos seminários internos do Sinte. Como este último que aconteceu com as regionais nos dias 24, 25 e 26 de abril.

Organizar uma oposição à diretoria do Sinte

Por isso, nós da Corrente Proletária da Educação somos oposição a essa direção e chamamos os companheiros a avançarmos na construção da Corrente Proletária no interior das escolas aqui em Natal e no interior do Estado como forma de construirmos uma forte, oposição programática a essa direção reformista e conciliadora com os governos (FHC, Garibaldi e Vilma) e que destrói nossa luta e o nossa organização sindical. Nesse sentido, chamamos uma reunião de todos aqueles companheiros que queiram discutir conosco essas e outras propostas; veja data e local abaixo.

Também queremos convocar os companheiros para a assembléia unificada (Estado e Município) no dia 14/05/97 às 14:00 hs na E.T.C. Nessa assembléia se elegerá os delegados que participarão do VII CECUT (Congresso Estadual da CUT) e do congresso nacional. Nós apresentaremos nossa chapa na assembléia, para a eleição dos delegados.

Convocamos a todos para participarem da assembléia e votarem na nossa chapa, para que nossas propostas e idéias estejam presentes no CECUT, pois precisamos impedir o avanço do reformismo, tanto nos sindicatos como na CUT, como também que a direção do Sinte ataque mais uma vez a democracia operária, vetando politicamente a Corrente Proletária da Educação de participar de congressos, cerceando o seu direito de livremente expressar as suas idéias.



Qual deve ser o objetivo central dos Congressos da CUT?

Estamos diante do avanço do Plano antinacional e antipopular do governo FHC. A recente privatização da Vale e a tramitação da reforma administrativa que põe fim à estabilidade dos servidores públicos são mais alguns passos do Plano Real. Já se projeta a entrega do sistema de Telecomunicações. Está nos cálculos do governo também a denominada flexibilização do trabalho, que permite aos capitalistas demitirem e contratarem sem arcar com encargos trabalhistas.

A cada avanço das metas do Plano neoliberal se prepara uma situação de maior pobreza e miséria das massas. Os dados do desemprego crescente falam por si só.

A aliança governamental do PSDB, PFL, PMDB etc tem conseguido impor aos trabalhadores e ao país medidas tão violentas devido à ausência de uma ampla resistência dos explorados. Entre a população, o descontentamento com a entrega da Vale era evidente. Entretanto as mobilizações se circunscreveram à Bolsa de Valores, no Rio de Janeiro, quando se tratava de organizar um movimento nacional antiimperialista.

E por que foi assim? A resposta não pode ser encontrada simplesmente na constatação de que há um atraso das massas em compreender o significado e as consequências do plano pró-imperialista de FHC. Esse atraso existe, porém também tem suas razões. Não se deve apenas às ilusões criadas pela "estabilização inflacionária do Plano Real" e pelas manobras políticas da ampla aliança burguesa que sustenta o governo neoliberal. Deve-se sobretudo à ausência de uma verdadeira oposição ao Plano e ao governo dos capitalistas.

A oposição reformista do PT e da burocracia sindical que o acompanha se limitou a esperar entre as paredes do Congresso. Tal limitação não é por acaso ou por algum equívoco passageiro. Ocorre que o reformismo petista-articulação sindical não defende um programa antiimperialista, para não dizer anticapitalista, que seria demais. Ao não fazê-lo, a política do reformismo está obrigada a se ajustar às pressões do capital internacional, que dita em última instância as diretrizes neoliberais do governo brasileiro.

Tal oposição se dá no bojo da própria política neoliberal. O que prova essa afirmação? O PT e a burocracia Articulação admitem a privatização de alguns setores e de outros não. Tanto é que o PT votou favorável à privatização dos portos. A Articulação cutista se dispôs a negociar a reforma da Previdência, da administração etc.



A intenção desse "oposicionismo" é interferir nos rumos das diretrizes governamentais através de negociações. Toda pressão exercida, com algumas manifestações e caravanas a Brasília, se limita a pedir ao governo que amenize a paulada. Como se vê, tal política desemboca em algum tipo de convivência.

As massas também são influenciadas por essa conduta das direções sindicais. E, sobretudo, a linha da oposição conivente bloqueia a CUT e sindicatos como instrumentos de combate e resistência. Tal direção ao invés de combater entre as massas a influência da política burguesa acaba por alimentá-la, neutralizando a ação dos sindicatos contra o Plano antipopular.

A situação exige que os organismos operários e populares se transformem em trincheiras antiimperialistas e anticapitalistas, sem o quê a burguesia impõe e imporá totalitariamente suas medidas de atraso econômico, de destruição de conquistas sociais, desemprego e fome. Está aí o tipo de oposição necessária para quebrar a influência do governo sobre a população e superar o atraso dos trabalhadores frente à situação objetiva.

Trata-se de uma oposição revolucionária, uma vez que a oposição reformista acaba por ser conivente e colaboracionista. Uma oposição revolucionária se coloca por ocupar todos os postos possíveis, do parlamento às fábricas, escolas e às ruas na defesa da derrubada integral do Plano pró-imperialista e com ele o governo capitalista.

No interior da CUT é necessário se desenvolver uma oposição revolucionária ao reformismo. Sem que haja sua derrota política, e que as bases se rebelem contra sua ação conciliadora, os organismos sindicais continuarão a serviço do governo e a alimentar o atraso político das massas.

Nosso dever é organizar a oposição revolucionária em torno do programa estratégico da revolução proletária e do plano de luta que tenha por centro a tarefa de derrubada integral do Plano FHC. É parte desse programa e plano a constituição de uma Frente Única Antiimperialista e a defesa da greve geral por tempo indeterminado, a ser aplicada corretamente de acordo com as tendências de luta do proletariado e das massas em geral.



O lugar dos sindicatos na luta de classes

Os sindicatos nasceram como resultado da reação instintiva da classe operária contra a exploração patronal. Espontaneamente, os operários se utilizaram da ação direta contra os baixos salários, o desemprego, as longas jornadas de trabalho e todo tipo de arbitrariedade.

Não por acaso, o berço dos sindicatos foi a Inglaterra do século XIX, precedido por grandes revoltas no século anterior, momento que surgem os primeiros embriões de organizações operárias. Das lutas defensivas de massa, emergiu a necessidade de se criar organismos de resistência, que superassem a dispersão da classe e dessem coesão coletiva.

Para se obter o direito democrático de funcionamento dos sindicatos, o proletariado teve de travar duros combates e enfrentar violentas repressões do Estado burguês. Tal conquista se deveu, portanto, à luta de classes. Está aí a base originária da independência organizativa dos sindicatos frente aos poderes dos capitalistas.

Três características marcaram os sindicatos originários: organismos próprios dos explorados criados por eles mesmos, por isso órgãos da democracia operária, regida pela assembléia geral; instrumentos de resistência à exploração através da ação direta e da unidade classista; independência frente ao Estado capitalista e à política burguesa. Tais propriedades conferem aos sindicatos a função de ser o mais amplo possível, abarcando todos os trabalhadores que deles se aproximarem, sem distinção política e ideológica.

É preciso dizer que os sindicatos nasceram numa fase de desenvolvimento do capitalismo, ou seja, do capitalismo liberal, em que era possível a realização de reformas sociais. O que significa que os sindicatos podiam cumprir sua função originária de resistência coletiva, através da qual se conquistava, não sem muita luta, modificações legislativas em favor dos assalariados. Com o processo de concentração monopolista crescente e esgotamento estrutural do modo de produção, os capitalistas passaram a reagir mais violentamente contra qualquer reforma, que não fosse simples migalhas para enganar os explorados.

Atualmente, com a decomposição do regime social, nem mesmo migalhas são aturadas. Pelo contrário, a burguesia arranca conquistas elementares das massas.

Sob o fogo cerrado do Estado e do poder econômico da classe capitalista, ou seja, da luta econômica e política, os sindicatos foram tendo suas características originárias deformadas. As transformações no capitalismo e seu

esgotamento histórico colocaram para os sindicatos a principal contradição: um regime social que já não comporta reformas é um regime voltado integralmente para a reação. O que quer dizer que já não mais pode tolerar, como imposição da luta de classes, sindicatos que abarquem as amplas massas, que unifiquem as lutas impulsionadas pelo método direto e que não se sujeitem à política burguesa.

Tal situação objetiva colocou para os sindicatos e Centrais um outro aspecto da contradição: ou se anularem como organismos de reformas ou se transformarem em organismos auxiliares da revolução social. Dizemos auxiliares porque não têm como se transformar em partido político do proletariado.

Este último, por seu programa, por sua estrutura organizativa, por sua seleção ideológica e por sua tática e estratégia que compõem o programa tem por objetivo a revolução socialista. Não procura reformas, embora se apóie nelas para fazer progredir a luta política de classe contra classe e preparar as condições para a tomada do poder. Objetiva a destruição do regime de exploração e sua substituição pela sociedade sem classes, pelo regime comunista.

A impossibilidade de reformas no capitalismo e a necessidade imperiosa de sua transformação histórica impõem novas condições de funcionamento aos sindicatos. Estes continuam a ser órgãos de resistência à intensificada exploração do trabalho, que ampliam os males originários do capitalismo, como a fome, a indigência e o desemprego. Porém, não podem se limitar à resistência. Estão obrigados a cumprir a função de órgãos de luta anticapitalista.

Para isso, dependem da presença do partido revolucionário ampla e profundamente organizado no seio do proletariado e demais camadas oprimidas. Somente sob influência do programa revolucionário, desenvolvido pelo partido marxista, os sindicatos e Centrais poderão transformar a luta de resistência trabalhista em luta transformadora.

Porém, para se implantar o programa socialista e elevar a consciência revolucionária das massas é necessário que a vanguarda militante empenhadamente no interior dos sindicatos. Negar-se a essa tarefa significa negar-se a constituir o partido enraizado nas massas.

Sem dúvida, os sindicatos se encontram burocratizados e submetidos a uma política alheia à do proletariado. O fenômeno da burocratização também é histórico. Os sindicatos, ao serem adaptados à fase monopolista do capi-

talismo, quando surgiram como criaturas do capitalismo liberal, foram em grande medida anulados como órgãos de resistência. E, portanto, como órgãos de ação direta e de democracia operária.

A penetração da política burguesa de conciliação de classe nos sindicatos, através das direções operárias, impõe a burocratização. Essa varia em grau, a ponto de determinadas direções sindicais se afastarem totalmente das bases e submeterem os sindicatos a uma gestão autocrática. Assim, é comum tais direções colocarem abertamente os sindicatos a serviço da política de tal ou qual governo.

A burocracia sindical é um fenômeno geral de bloqueio à evolução do papel dos sindicatos de organismos reformistas para organismos revolucionários. Está aí por que não se pode confundir o sindicato com as direções, por mais fundidos que estejam e por mais que os próprios operários os confundam pela experiência negativa do dia a dia.

A luta no interior dos sindicatos se justifica pela necessidade de aproximar cada vez mais o programa da revolução e ditadura proletária do combate instintivo dos explorados. Tal tarefa implica travar uma verdadeira guerra contra a burocracia, que se torna cada vez mais totalitária na medida em que se vê ameaçada.

O POR trabalha por constituir frações revolucionárias no interior dos sindicatos, baseadas no programa de transformação dos sindicatos em organismo das amplas massas, da democracia proletária e da ação direta, voltados a transformar a luta de resistência em luta anticapitalista.

NACIONAL



Peru

Abaixo a ditadura civil e assassina de Fujimori Liberdade para todos os presos políticos!

Que as massas mobilizadas julguem o assassino e o coloquem abaixo!

Internacional

A desocupação da embaixada japonesa no Peru e a libertação dos 72 reféns do MRTA foi feita com o assassinato sumário (execução) de todos os guerrilheiros, que se renderam diante do ataque militar. O depoimento de testemunhas, a impossibilidade de entrada da imprensa no local e o enterro secreto dos militantes assassinados comprovam a execução brutal.

Gravações exibidas na TV mostraram o treinamento para a ação militar sendo preparada nos Estados Unidos, sob direção do FBI. Está claro que tudo foi planejado e executado sob direção do imperialismo norte-americano, que acabou convencendo o governo japonês a apoiar a operação. Fujimori foi uma marionete nas mãos do imperialismo.

A derrota do MRTA foi aplaudida pelos governos lacaios do imperialismo, como o brasileiro. É claro que do governo pró-imperialista de FHC não poderíamos esperar outra coisa. O grave foi a omissão dos reformistas, como o PT, que não se colocou contra o massacre. Sequer condenaram a execução brutal dos guerrilheiros. O episódio mostrou a verdadeira face da democracia burguesa, que nada mais é que a ditadura de classe dos exploradores para garantir a opressão social e nacional.

Os protestos que se seguiram também se limitaram a criticar Fujimori pelos assassinatos e por colocar em risco os reféns. Quanto aos 400 presos políticos do MRTA sob tortura, nenhuma palavra. As organizações de direitos humanos são uma farsa

para encobrir o verdadeiro conteúdo totalitário da democracia burguesa, dando-lhes uma aparência "humanitária".

O POR se diferencia do foquismo do MRTA, que julga-se capaz de combater a ditadura capitalista à margem das massas. Por isso criticamos o método de atentados e seqüestros separados da mobilização popular. Mas nos colocamos incondicionalmente ao lado do MRTA contra a repressão capitalista.

Os erros do MRTA

Os guerrilheiros foram assassinados a sangue frio. Tudo indica que se renderam diante da invasão da repressão. O FBI norte-americano orientou as operações, e certamente tinha absoluta certeza de que os guerrilheiros não reagiriam e não matariam os reféns. Foi uma grande ilusão os tupamaros julgarem que sairiam tranquilos do episódio, sem a necessidade de matar nenhum refém. Apostaram errado desde o início. Libertaram grande quantidade de reféns em troca de nada. Permitiram a entrada da Igreja, Cruz Vermelha e Direitos Humanos, que em nada ajudaram contra o governo, são cúmplices nas prisões políticas de 400 membros do MRTA mantidos sob tortura e ainda instalaram aparelhos eletrônicos pela embaixada, que permitiram à inteligência americana e peruana organizarem a invasão e o assassinato.

Ao lado do MRTA, exijamos a libertação dos presos políticos! Abaixo o assassino Fujimori!

As massas oprimidas devem se solidarizar com os mártires do MRTA, exigindo a punição do assassino Fujimori por Tribunais Populares. Isso só pode se dar com a mobilização geral dos peruanos para derrubar o governo ditatorial de Fujimori, pau-mandado do imperialismo.

Não foi do POR boliviano que surgiu o MRTA

O Masas 1563 do POR boliviano traz uma crítica à revista Presencia de 23 de abril, que afirma o MRTA e o POR teriam surgido da mesma organização, na década de 30.

O jornal trotskista afirma:

"O POR é um partido revolucionário que justifica a violência se é levada adiante pelas massas e repudia o foquismo e o terrorismo individual.

A revolução social na Bolívia será protagonizada pela nação oprimida timoneada pela classe operária, e não por um punhado de foquistas bem treinados e armados.

Algo mais, o POR e o MRTA estão colocados em posições extremas, contrárias e excludentes, não há possibilidades de um trabalho comum entre ambas organizações."

O que não impede o POR de se colocar ao lado dos guerrilheiros contra a repressão assassina de Fujimori e do imperialismo.

